

Desigualdade no Brasil

Quem somos? De onde viemos? Por que estamos aqui?

Pedro H. G. Ferreira de Souza

27 de agosto de 2018

1. Introdução
2. As muitas desigualdades possíveis
3. Panorama
4. Determinantes: visão histórica
5. Determinantes: oportunidades iguais?
6. Determinantes: o estado de bem-estar social dos ricos
7. Conclusões

Introdução

Perguntas fundamentais

- **Quem somos?** → Quanto desigual é o Brasil?
- **De onde viemos?** → Qual a trajetória da nossa desigualdade?
- **Por que estamos aqui?** → O que explica nossa desigualdade?

Resposta rápida

- O Brasil é extraordinariamente desigual, assim como boa parte da América Latina.
- Melhoramos um pouco nos últimos 10-20 anos, mas não tanto quanto achávamos.
- Alta desigualdade nunca tem uma causa única: somos muito desiguais devido a um legado histórico terrível + ausência de reformas radicais em períodos propícios + persistência de instituições que privilegiam os mais ricos. Ademais, reduzir drasticamente a desigualdade é sempre muito difícil.

As muitas desigualdades possíveis

Quatro decisões principais

- **Unidade de análise:** desigualdade entre quem?
- **Atributo de análise:** desigualdade de quê?
- **Mensuração:** como resumir as informações em um número?
- **Fonte de dados:** de onde vêm as informações?

... diferentes escolhas podem gerar resultados conflitantes.

- Desigualdade entre indivíduos?
- Desigualdade entre grupos?
 - Sociodemográficos: gênero, cor/raça, grupos educacionais, idade etc.
 - Geográficos: regiões, estados, municípios etc.
 - Institucionais: escolas, firmas, setores econômicos, ocupações etc.

→ Hoje: principalmente entre **indivíduos no Brasil**.

Desigualdade de quê? Renda, altura, expectativa de vida, notas em uma prova...?

Mesmo para desigualdades econômicas temos muitas opções: renda, patrimônio, status socioeconômico ...

→ Hoje: desigualdade de **renda individual ou per capita**.

Obs.: renda \neq riqueza/patrimônio!

Como reduzir uma distribuição a um número?

Qualquer escolha implica um julgamento de valor: é impossível medir o grau de desigualdade sem introduzir critérios normativos.

→ Hoje: principalmente, o **coeficiente de Gini** e a **fração da renda recebida pelo 1% mais rico**.

Obs.: desigualdade \neq pobreza & nível \neq trajetória!

Pesquisas domiciliares amostrais (e.g.: PNAD)

- Vantagens: informações detalhadas sobre vários aspectos da vida dos indivíduos (educação, família, trabalho etc.).
- Desvantagens: captação da renda dos mais ricos é ruim, em geral os rendimentos mais altos ficam subestimados.

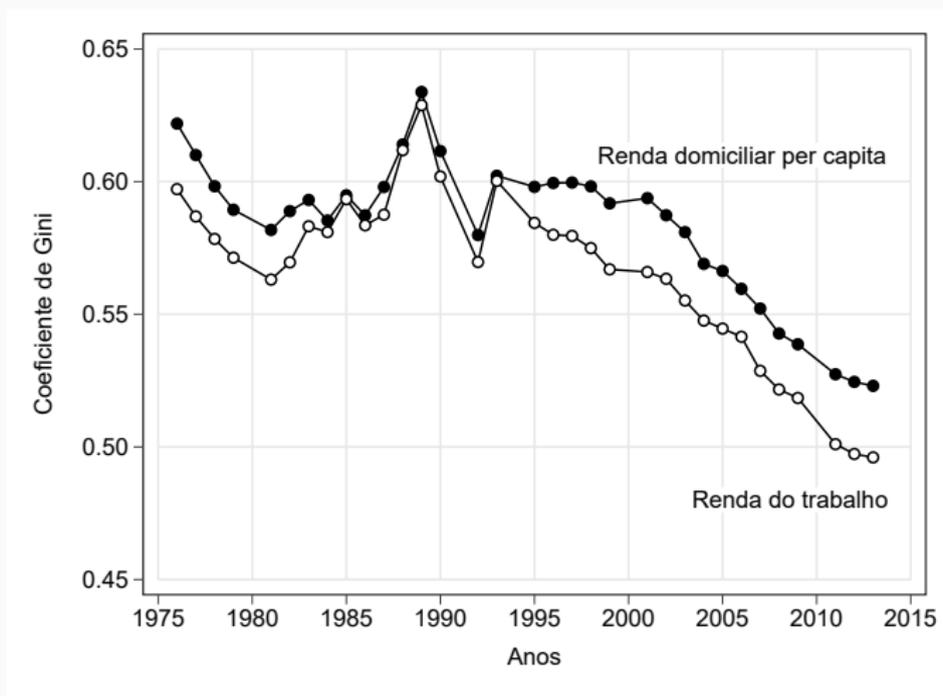
Informações do IRPF

- Vantagens: informações muito melhores sobre os mais ricos; série histórica longa.
- Desvantagens: sem informações sobre os indivíduos.

→ Hoje: **ambas**.

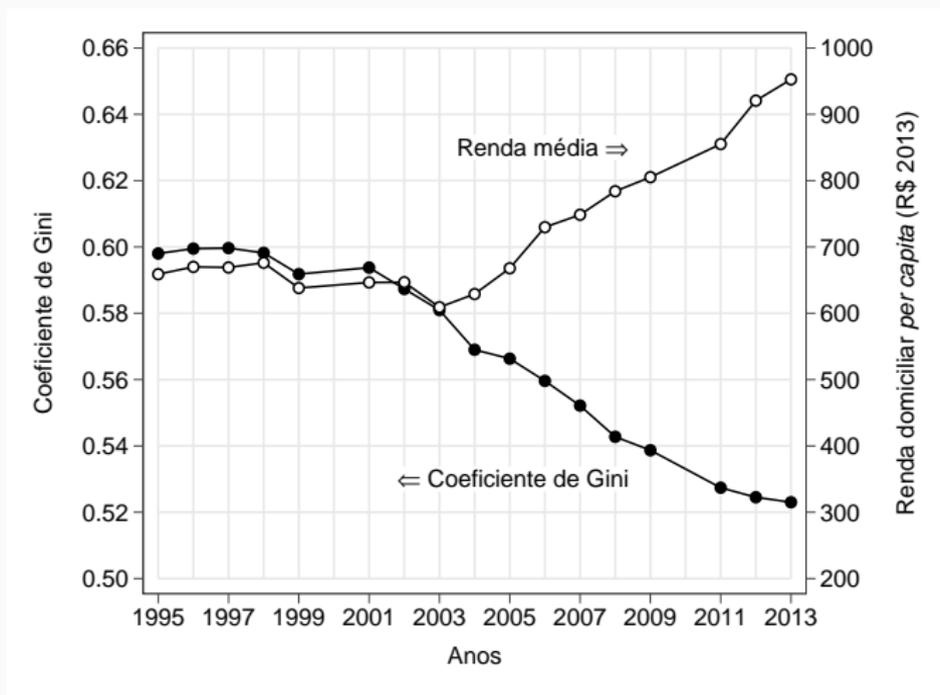
Panorama

Coeficiente de Gini, 1976-2013



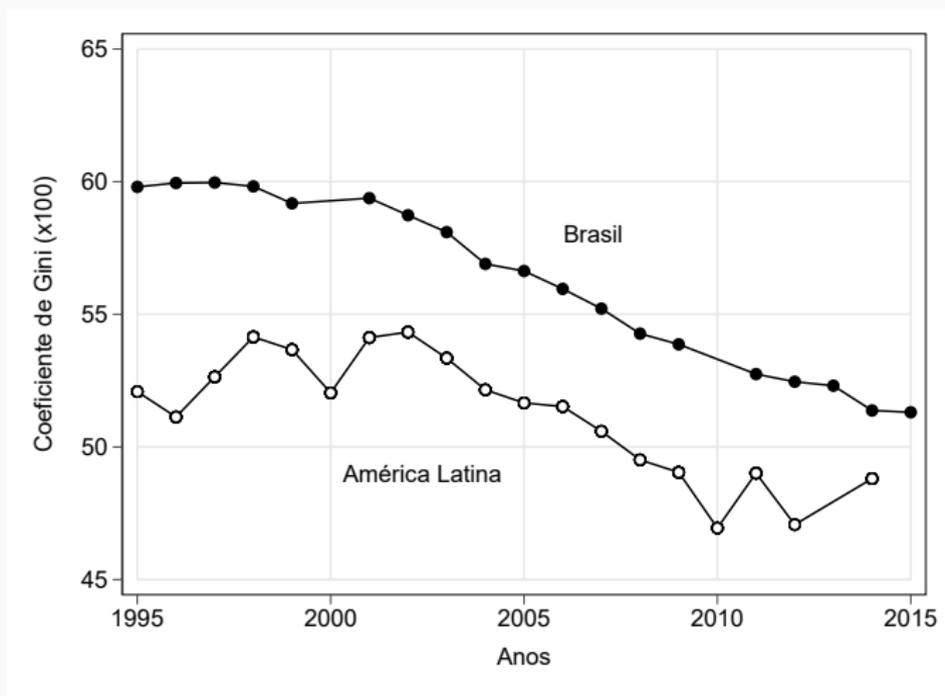
Fonte: PNADs 1976-2013.

Gini e renda per capita, 1995-2013



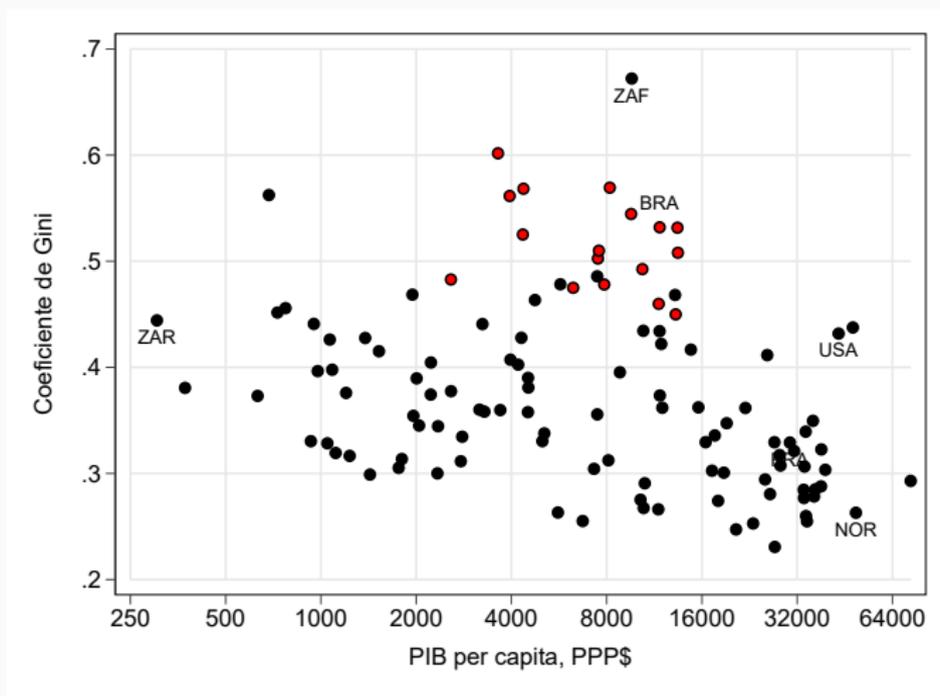
Fonte: PNADs 1995-2013.

Brasil vs. América Latina, 1995-2015



Fonte: PNADs 1995-2015; Milanovic's All the Ginis dataset.

Gini vs. PIB per capita, 2008



Fonte: Milanovic (2015).

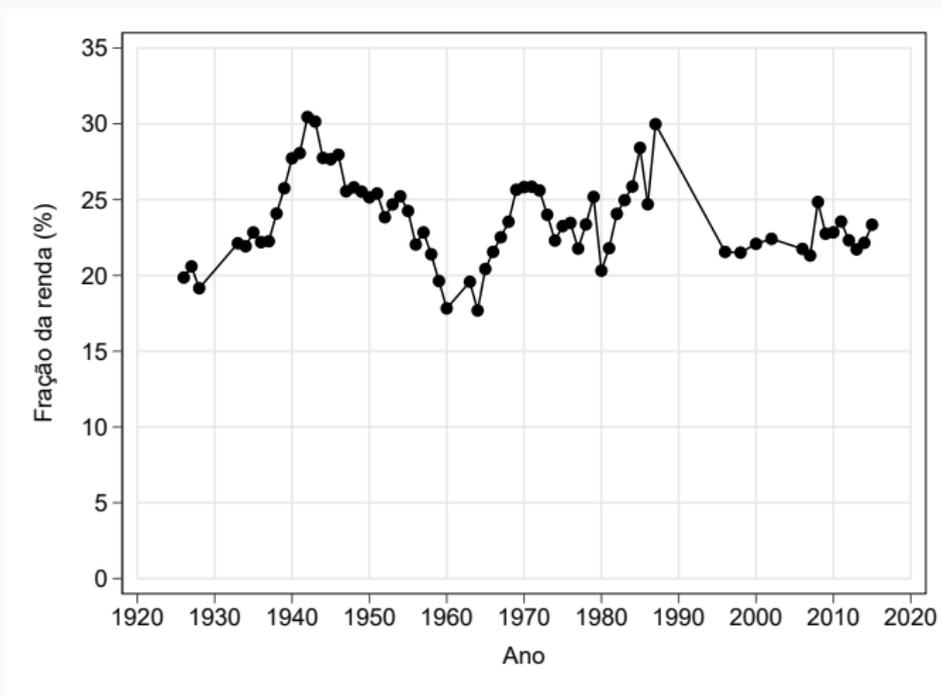
Moral da história até aqui

Nas pesquisas domiciliares, o Gini da renda domiciliar per capita caiu muito no Brasil e na América Latina entre 2000-2010, e depois estabilizou-se. Também houve grande crescimento econômico nesse período.

Apesar disso, continuamos sempre entre os países mais desiguais do mundo – somos nós, o resto da América Latina e alguns países africanos.

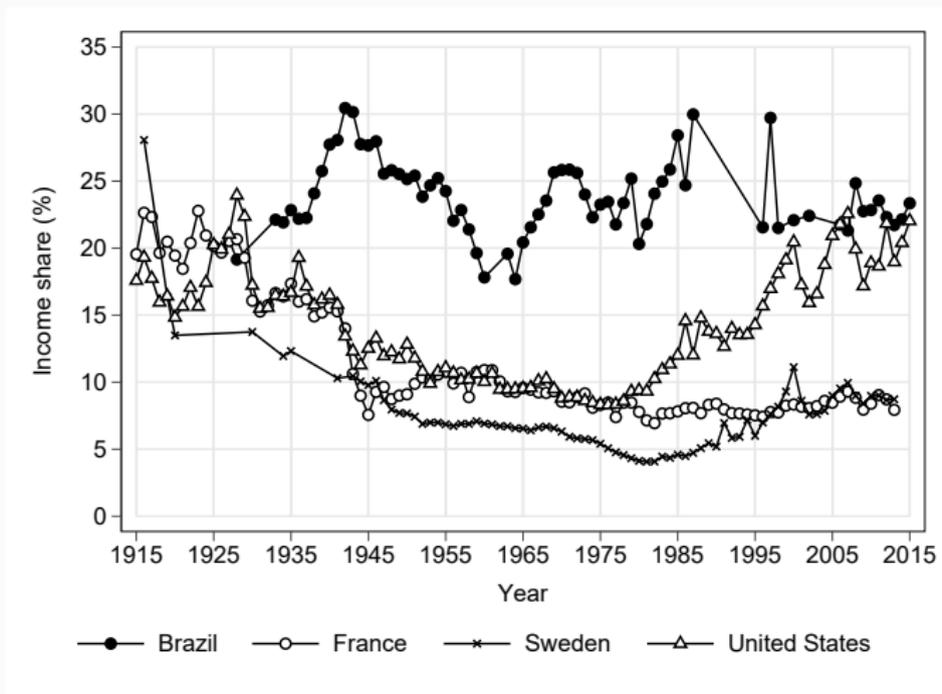
Infelizmente, os dados tributários contam uma história parecida, só que mais pessimista.

1% mais rico no Brasil, 1926-2015



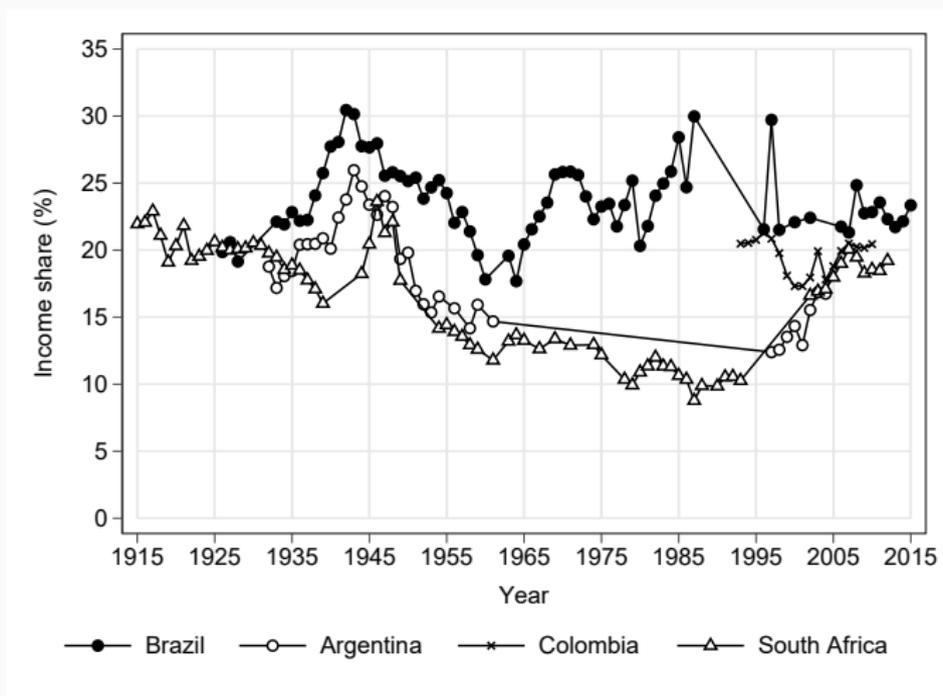
Fonte: Souza (2016, 2017).

O 1% no Brasil e em países ricos, 1915-2015



Fonte: Souza (2016, 2017), WID.world.

O 1% no Brasil e em países em desenvolvimento, 1915-2015



Fonte: Souza (2016, 2017), WID.world.

A renda dos ricos na PNAD e no IRPF (2015)

Em R\$ 2015:

	A) PNAD	B) IRPF	%
Média por adulto	17,887	30,130	-41
P90	36,000	38,015	-5
P95	60,000	79,326	-24
P99	140,160	255,558	-45
P99.9	336,000	997,613	-66

Fonte: Souza (2016, 2017).

Determinantes: visão histórica

Tráfico negreiro, 1500-1886:

- ~**12,5 milhões** de escravos embarcados para o Novo Mundo;
- ~**10,7 milhões** sobreviveram à viagem;
- ~**4,9 milhões** foram trazidos para o Brasil;
- ... em comparação, menos de **400 mil** foram para os EUA.

... e nós ainda fomos o último país das Américas a abolir a escravidão. Com isso, chegamos ao início do século 20 com uma sociedade rural, oligárquica e altamente desigual.

Muito se discute sobre o peso desse legado histórico na desigualdade hoje. Mas é inegável que o ponto de partida foi muito ruim.

Perdemos o “grande nivelamento”

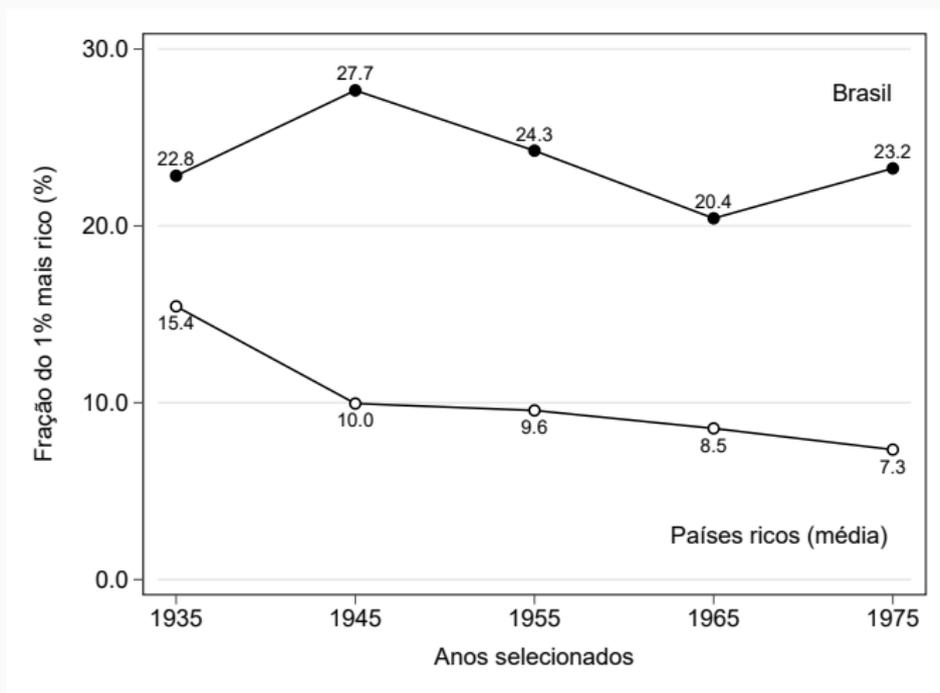
Muitos países ricos também eram muito desiguais cem anos atrás, mas, entre 1915 e 1945, uma série de catástrofes e intervenções radicais mudou tudo.

Nós não só perdemos esse “grande nivelamento”, como vivemos trajetória oposta durante a ditadura de Vargas.

Pior, os avanços obtidos mais tarde, nos anos 1950, foram revertidos pelo golpe militar de 1964.

Pior ainda: em termos tecnológicos e organizacionais, essa época foi muito propícia à redução da desigualdade.

O 1% no Brasil e nos países ricos, 1935 a 1975



Fonte: Souza (2016, 2017), WID.world.

Por que perdemos o “grande nivelamento”?

- Ditadura + repressão
- Investimentos sociais mínimos em momento de grande crescimento populacional
- Envolvimento limitado na guerra não obrigou o governo a reformas profundas (agrária, educacional etc.) – pelo contrário!
- Ao mesmo tempo, guerra beneficiou setores industriais
- Resposta política focada na acomodação e na busca desenfreada pelo crescimento

**Determinantes: oportunidades
iguais?**

Muitos esforços nas últimas décadas, sobretudo após a redemocratização, para expandir gastos sociais e corrigir distorções históricas.

Copo meio cheio ou meio vazio? Avançamos muito em estender o acesso a serviços públicos, mas continuamos com carências terríveis, muito desiguais e com muitas barreiras à mobilidade social.

A questão agrária

Concentração fundiária secular sem reforma agrária séria

→ êxodo rural muito forte durante urbanização e transição demográfica

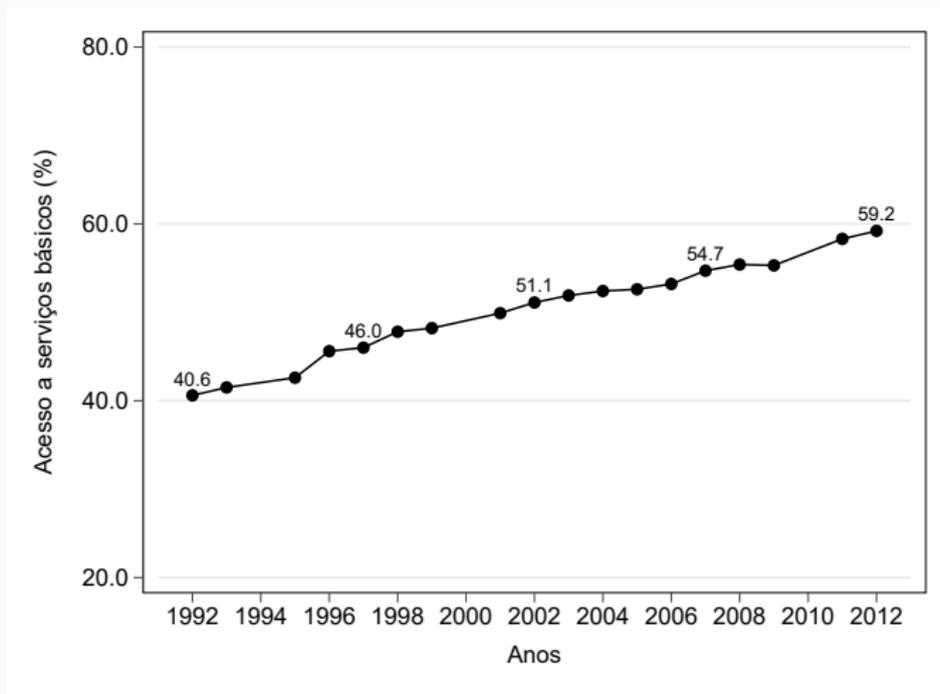
→ população urbana cresceu $> 500\%$ entre 1940-1980, enquanto a rural cresceu $< 40\%$

→ oferta precária de infra-estrutura urbana e transportes, agravada pela crise dos anos 1980

→ pobreza e desigualdade rural continuam altas

→ reprodução de uma enorme desigualdade de oportunidades: domicílios do século 21 vs domicílios do século 19.

Acesso a serviços básicos (%), 1992-2012



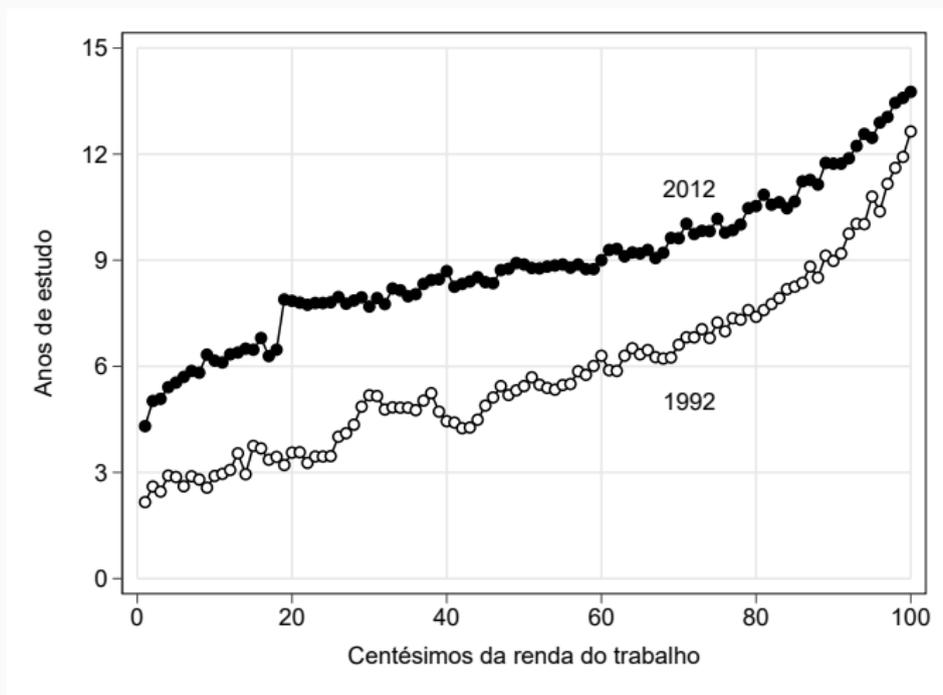
Fonte: Ipea (2013). Serviços básicos = eletricidade + coleta de lixo + esgotamento sanitário + água.

No Brasil, educação está no centro do debate sobre desigualdade desde os anos 1970. Ninguém questiona sua importância. Controvérsias existem só quanto ao seu peso.

Politicamente, reconhecimento só veio muito depois. Tentativas de aumentar os gastos + corrigir as distorções + melhorar a gestão. Houve progressos.

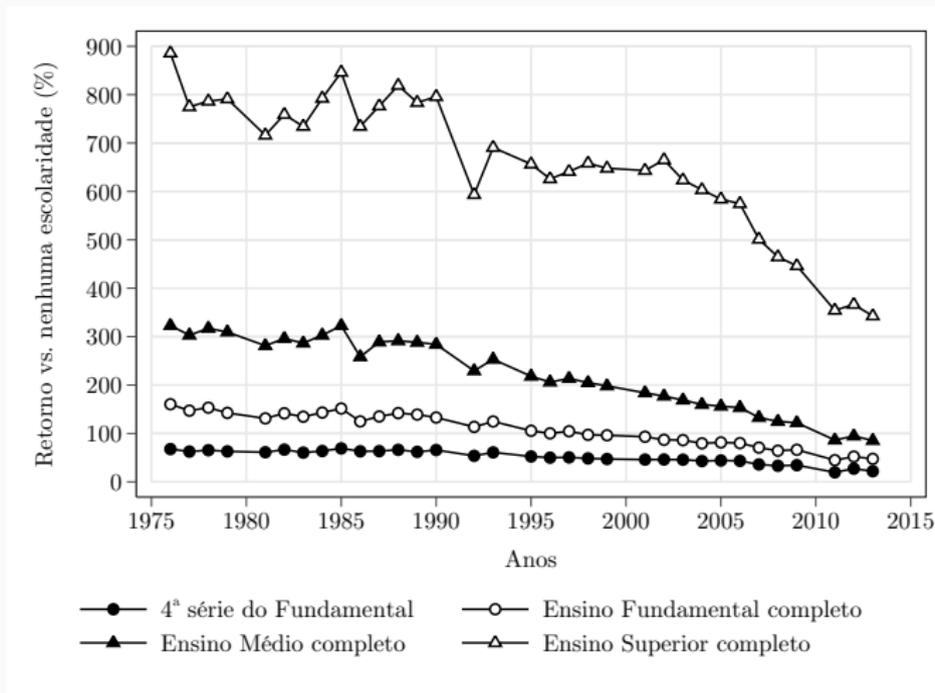
Dificuldade maior diz respeito à qualidade (em todos os níveis) e ao gargalo no ensino médio.

Educação no Brasil, 1992-2012



Fonte: Ipea (2013). Média em 1992: 5,8. Média em 2012: 8,9.

Retornos à educação, 1976-2013



Fonte: Souza (2016).

Determinantes: o estado de bem-estar social dos ricos

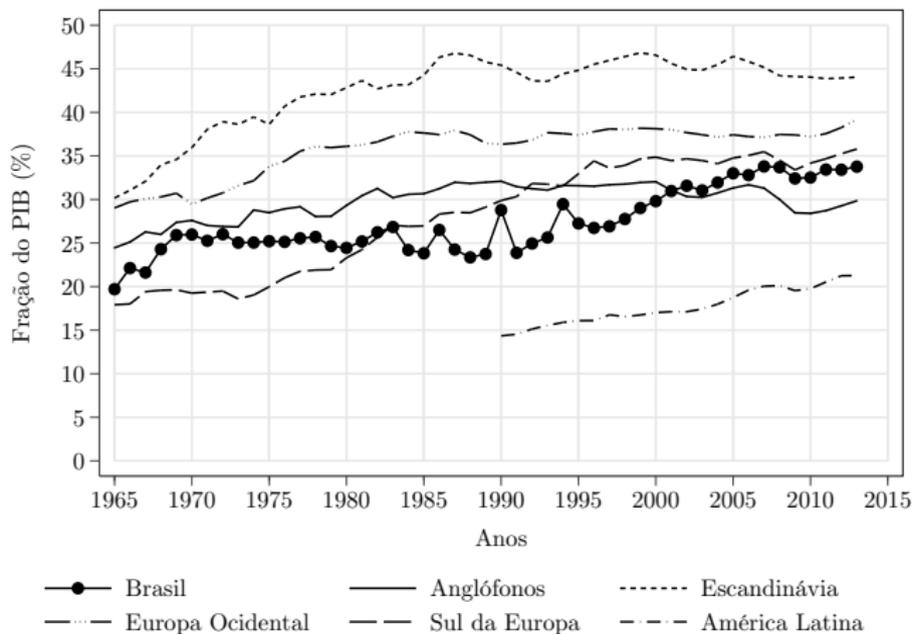
A concentração de renda no topo

Desigualdade brasileira decorre em boa medida da concentração de renda no topo. Isso ocorre em parte porque os mais ricos se beneficiam indiretamente da própria desigualdade de oportunidades (e.g., menor competição por vagas e remuneração maior).

No entanto, há fatores específicos que explicam o nível e a dinâmica no topo. Por exemplo, quanto mais rico, maior o peso de lucros, dividendos e rendimentos financeiros na renda total.

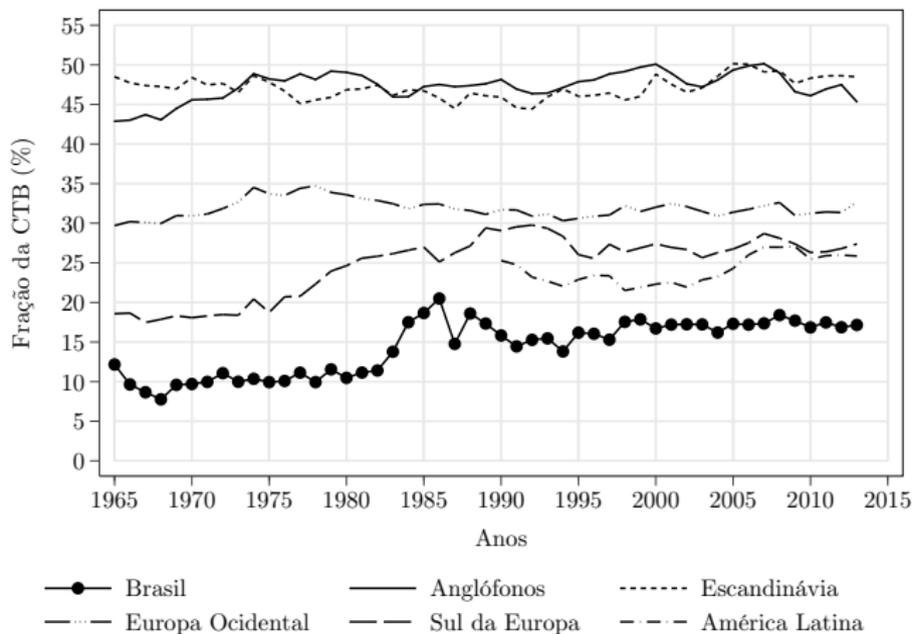
Historicamente, muitas políticas públicas contribuíram para a reprodução desse quadro. Na maioria dos casos, são políticas bem menos visíveis e bem menos avaliadas do que aquelas que afetam os mais pobres.

A questão tributária (I): CTB/PIB



Fonte: Souza (2016).

A questão tributária (II): IR/CTB



Fonte: Souza (2016).

A questão tributária (III)

- Estado dá com uma mão e tira com a outra: só 25% da nossa carga tributária é de tributos diretos (na OCDE, média de 40%).
- IRPF está longe de cumprir potencial redistributivo: alíquotas baixas, muitos rendimentos com tratamento diferenciado etc. IPTU e ITR estão mais longe ainda.
- Impostos indiretos encarecem produtos, distorcem preços e recaem sobre a maioria da população.

E o gasto nem é tão progressivo assim

- Prêmio salarial dos funcionários públicos
- Gasto com Previdência (13% do PIB) maior do que soma de educação e saúde
- Enorme volume de subsídios fiscais e crédito barato para setores selecionados (e.g.: agronegócio, empreiteiras) e grandes empresas
- Restrições à entrada e, por tabela, pouca competição em setores cruciais (e.g.: sistema bancário)

Estado incluindo por “acomodação”

→ tentativa de atender demandas sociais sem romper com favorecimento aos estratos mais ricos e organizados

→ pressão fiscal constante e déficits

→ juros mais altos e crescimento lento.

Conclusões

- Desigualdade alta e persistente é sempre produto de uma combinação duradoura de causas
- Brasil vem de um passado escravocrata e nunca passou por um choque externo que exigiu a mobilização em massa, como nos países ricos
- Pelo contrário, instabilidade entre ditadura e democracia favoreceu persistência de instituições reprodutoras da desigualdade
- Expansão de benefícios e serviços para os mais pobres convive com vantagens para *lobbies* e corporações, tributos pouco progressivos, regulamentações e restrições que reduzem a competição, tratamento privilegiado para a elite do funcionalismo público. . .